

**O Poder De Ser Cidadão: Uma Breve Relação Entre O Índio Douradense E A Busca Por Trabalho**

**The Power Of Being A Citizen: A Brief Relation Between the Indian From Dourados And The Seek For Work**

**Paulo Gerson Rodrigues Stefanello**

Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos

Mestre em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados

Contato: [pgrstefanello\\_@hotmail.com](mailto:pgrstefanello_@hotmail.com)

**Endereço: Paulo Gerson Rodrigues Stefanello**  
Endereço: Rodovia Washington Luís, s/n - Jardim  
Guanabara, São Carlos - SP, 13565-905  
Telefone: (16) 3351-8111

**Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

**Artigo recebido em 04/01/2016. Última versão  
recebida em 25/01/2016. Aprovado em 26/01/2016.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.**

## RESUMO

Esse artigo visa discutir algumas concepções acerca da relação de trabalho e poder em contexto indígena. Para isso, foi selecionado um texto publicado no jornal indígena *AJIndo*, construído dentro da Reserva Indígena de Dourados/MS, a fim de abordar a busca dos índios por ofícios fora das aldeias. As contribuições de Michel Foucault embasarão a discussão, de modo a verificar como se manifesta uma perspectiva de dominação por meio do trabalho na sociedade nacional.

**Palavras-chave:** Dominação. Foucault. Índios. Poder.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss some approaches of the relationship of work and power in indigenous context. For this, it was selected a text published in the indigenous periodical named *AJIndo*, elaborated within the Indigenous Reserve of Dourados/MS, in order to discuss the Indians seek for jobs outside their villages. The contributions of Michel Foucault will base the discussion, so that it verifies how a prospect of domination through work in the national society is manifested.

**Keywords:** Domination. Foucault. Indians. power.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse estudo se inscreve na comunidade da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa, no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, região Centro Oeste brasileira. A Reserva abrange uma área de 3600 hectares destinados à moradia das famílias e à produção familiar e comercial de alimento.

Vivem na reserva aproximadamente 14 mil índios pertencentes às etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena, o que asitua como a reserva indígena com maior densidade populacional do país (CIMI, 2013) e está geograficamente localizada a cerca de quatro quilômetros do centro da cidade, e a menos de um quilômetro das primeiras moradias de não índios, o que garante à população indígena fácil acesso aos bairros, onde podem vender os alimentos que produzem em seu *tekoháe*, pedir mantimentos e ajudas necessárias.

A situação da reserva indígena é degradante; as condições de vida a que estão submetidos os índios correspondem a um estado de miséria; as áreas destinadas ao plantio não são suficientes, de acordo com a população local, para a grande quantidade de pessoas que ali vive. Os índices de violência também são bastante elevados na região: assassinatos e suicídios, além de sua própria gravidade, são reflexos de um complexo cenário de dificuldades econômicas, sociais e étnico-culturais enfrentadas pelos nativos.

Em meio a esse contexto, foi criada a AJI – Ação de Jovens Indígenas, uma organização indígena não governamental, fundada em 2001, pela antropóloga Maria de Lourdes Beldi de Alcântara e por jovens representantes das três etnias, sendo, hoje, financiada com capital de origem privada.

Essa ONG é responsável pela elaboração e publicação de um jornal, o AJIndo, que aborda temáticas diversas as quais envolvem, de alguma maneira, o público indígena da região. A importância de uma publicação como o jornal é acentuada, em especial no que se refere à exposição da cultura indígena e de como ela se instaura na sociedade nacional a partir de uma perspectiva interna, local, visto que grande parte dos textos dispostos no jornal é escrita pelos indígenas da comunidade.

Sendo conhecedores desse contexto, discutiremos, na sequência, a questão do trabalho indígena em Dourados sob a perspectiva do índio, de acordo com um texto publicado em 2010, na edição de número 21, do jornal AJIndo, intitulado “Deslocamentos e o mercado de trabalho”. Os postulados foucaultianos serão os alicerces para abordar as noções de trabalho e poder, e de que forma elas atingem um panorama de dominação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O trabalho para o índio e para o não índio

Ao considerar os povos indígenas como um grupo étnico minoritário na sociedade nacional, não necessariamente (mas também não ignorando) devido à quantidade de índios ainda existentes no Brasil, mas, simplesmente, por se tratar de uma cultura historicamente estigmatizada como inferior ao homem branco, então majoritário e dominante, é possível perceber relações de preconceito existentes, entre outros aspectos, no que diz respeito à ideia de trabalho para o índio.

Em um estudo de 2006, Bueno traça alguns aspectos concernentes à identidade do índio e à adaptação pela qual vem passando para conviver com o branco e suas ideologias, e confirma um estereótipo que nos é bastante sensível e que alimenta o preconceito existente na sociedade multicultural, sobretudo ao modo de caracterizar o índio como um ser preguiçoso e incapaz para o ritmo e as condições de trabalho em que estamos inseridos na contemporaneidade.

Esse estereótipo é mantido, em um primeiro momento, porque o branco, admitido como dominante na sociedade nacional, detém de um tipo de poder hierárquico que delinea as culturas minoritárias a partir das características de sua própria cultura. Assim, o índio não pode de uma forma geral, ser melhor que o branco, nem o negro, nem quaisquer outros grupos étnicos minoritários que compõem a sociedade brasileira.

Afirmar que o índio é preguiçoso e incapaz para o trabalho, entretanto, requer que reconheçamos que a noção de trabalho para o não índio sustenta a ideologia capitalista da qual todos fazemos parte, mas que não é inerente à cultura do índio, e que, assim sendo, claramente possui outra perspectiva sobre a noção natural de trabalho. Para ele (o índio), trabalho não era uma espécie de obrigação por que precisava passar, visando proventos que satisfizessem as necessidades de subsistência e de consumismo, determinado pelos preceitos capitalistas, mas era, sim, encarado pelo índio como uma atividade que garantisse sua própria subsistência e a de sua comunidade, não relaciona-lo a um mecanismo paradoxal de produção e valor, pelo qual, quanto mais se produz, mais se é valorizado e mais se pode consumir. Sob esse ponto de vista, criou-se a ideia de que o índio produz pouco dentro do sistema capitalista, recebendo, então, o rótulo de preguiçoso. “A empresa [capitalista] não se preocupa com as necessidades da sociedade; seu único fim é aumentar os lucros do empresário” (KROPOTKIN, 1975, p. 28). Seguindo por perspectiva semelhante, Marx aborda a questão do

trabalho associado à produção de riquezas, independentemente da profissão exercida pelo sujeito capitalista, alegando que “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho”. (MARX, 1978, p. 3). O trabalho do índio, por outro lado, não visava lucro, já que estava inscrito num regime em que a real preocupação era a própria comunidade, e essa noção de conceber e compreender o trabalho é vista como uma característica que desvaloriza culturalmente um povo.

Identificando um aspecto de marginalização que existe sobre a cultura indígena, oriundo, sobretudo, do descobrimento do Brasil e que perdura acentuadamente até os dias atuais, viemos passando por processos históricos, como é o caso da Constituição de 1988, que classifica o povo indígena como um grupo que se adequaria à sociedade nacional. Com essa concepção, se incluiu o direito e os índios serem considerados como parte da sociedade (e sempre o foram, visto que nasceram humanos sociais e não criaturas animais, como popularmente eram vistos até não muitas décadas atrás) e se incluiu, ainda, a necessidade da adequação às normas vigentes e aos costumes sócios ideológicos do homem branco, seu dominante.

Toda essa adequação com a qual os índios precisaram e precisam constantemente se envolver pode alterar sua cultura, seu modo de viver e de ser do índio, seus hábitos, o modo de enxergar seu papel social e, sobretudo, a sua identidade.

No texto do jovem indígena Kenedy Moraes, encontramos o seguinte excerto:

Na Reserva mesmo, as oportunidades de trabalho são mínimas e o que resta aos homens é o trabalho no corte de cana da região. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho, entre sete e oito mil indígenas dependem deste serviço. Para as mulheres, um caminho muito comum é o trabalho de empregada doméstica nas casas da cidade.

O trabalho dos homens indígenas é, quase sempre, braçal. A atividade de corte de cana na região de Dourados (grande produtora de cana de açúcar), impregnada de mão de obra indígena, já nos é suficiente para perceber que a noção de trabalho, advinda da cultura indígena, já está esmaecida. Sabendo que vivem, aproximadamente, catorze mil índios na região, e que metade dessa população depende dessa atividade, percebemos a dimensão da adequação de costumes e valores por que os índios vêm passando. Para se adaptarem à sociedade nacional, o trabalho no *tekohá* passou a ser inviável.

Nesse outro excerto, retirado de uma entrevista realizada pelo autor do texto com o indígena Juscelino, de 45 anos, encontramos outras fontes de renda: “De acordo com Juscelino, a construção civil é um setor que tem empregado muitos indígenas, ele tem cerca

de dez colegas índios e diz que há muitos, também em outras obras”, o que lhes garante um mínimo necessário de condição financeira para se integrar à sociedade e se sentir assim.

O próximo fragmento nos revela outro panorama, que servirá de ilustração para a questão da dominação social, que discutiremos logo à frente:

O cultivo da terra é feito por poucos indígenas da Reserva de Dourados e, em geral, as pessoas plantam mais para subsistência do que para vender. Alguns têm terra, mas não têm condições para cultivar, então arrendam a terceiros para o plantio de grãos, o que garante alguma renda.

O fato é que medidas de incentivo à produção, como a liberação de linhas de créditos e outros tipos de financiamentos destinados a agricultores não acontece para os produtores indígenas, ou seja, não existe uma ação do governo para potencializar o que vem sendo produzido em pequena escala.

A população Guarani (subgrupos *Kaiowá* e *Ñandeva*) reside na região de Dourados desde a época do Brasil colônia e vem acompanhando e participando (sofrendo as mudanças que lhes são impostas) da reorganização pela qual passa a cidade. Perdeu grande parte de suas terras e, com isso, foi levada a perder parte de sua cultura, passando a sentir necessidade de realizar mudanças em seus costumes.

Os problemas relacionados à ocupação e desapropriação de terras tiveram início por volta 1880, época em que o Governo Federal fez concessões agrárias à Companhia Matte Larangeira<sup>1</sup>, permitindo que ela ocupasse o território tradicionalmente indígena dessa região. Troquez (2006) aponta que, após a instalação da Companhia Matte Larangeira em uma área que passava de um milhão de hectares, trechos aleatórios de estrada começaram a ser povoada por brancos e, como a época era favorável para o desenvolvimento das terras agricultáveis, as disputas entre índios e brancos ficavam cada vez mais complexas. Com a limitação mais acentuada das terras indígenas, em 1915 o Estado decidiu criar as políticas de reservas indígenas, podendo, dessa forma, apropriar aos colonos toda a área que não estaria delimitada às reservas.

Uma vez que os indígenas não teriam mais espaço suficiente para viver segundo seu modo de ser tradicional, transformaram-se em mão de obra, especialmente para trabalhar na área destinada à produção de erva mate. Entre 1915 e 1928 foram reservadas oito áreas dentro dos limites do que hoje é o estado de Mato Grosso do Sul; a Reserva de Dourados foi a segunda a ser criada, em 1917, contudo a homologação definitiva da delimitação de seu espaço ocorreu apenas em 1965, 48 anos mais tarde (WENCESLAU, 1990).

---

<sup>1</sup> Foi uma empresa que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Larangeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai. Atuou na exploração de erva-mate no Sul do Mato Grosso.

A desapropriação de terras indígenas abrange características de agressão cultural, de uma forçada readaptação social, política e ideológica, unicamente para seguir com a sobrevivência. No fragmento de texto anteriormente destacado, confirmamos as marcas dessa readaptação e do contínuo processo de dominação por que passa o índio, a ver, suas terras são radicalmente reduzidas, de modo a forçar o índio a permanecer confinado (ou reservado, aproveitando o sentido *lato* do termo) e a buscar diferentes opções de trabalho e modos de sobrevivência. Ademais, ainda que seja amparado pela Constituição, no sentido de ser reconhecido como cidadão, não é detentor dos mesmos direitos que a sociedade nacional, conforme mencionado por Kenedy Moraes ao se referir aos financiamentos para agricultores indígenas.

Em outro parágrafo do texto do jovem indígena, consta o seguinte:

A cada ano, aumenta o número de indígenas que buscam formação nas universidades. Depois de formados, disputam espaços na aldeia e também na cidade. “Nós jovens indígenas temos que estar super bem preparados, pois ainda somos desafiados muitas vezes a enfrentar o preconceito. Estamos em uma era em que os jovens indígenas precisam não somente estar preparados, mas estar preparados com qualidade”, reforça Emerson Cabreira, estudante de Audiovisual na Faculdade Anhanguera, que aprendeu a filmar e a editar vídeos na ONG Ação dos Jovens Indígenas (AJI) e agora trabalha para o canal de televisão “Boa Vida”, transmitido pela Via Cabo TV de Dourados.

O processo de educação formal, que se estende ao da educação infantil até o ensino superior, funciona como um indicador de consciência da necessidade de acompanhar as exigências da sociedade, no tocante ao mercado de trabalho. O exemplo de êxito profissional apresentado no texto, entretanto, apesar de crescente com o passar do tempo, ainda é escasso e responsável por poucas melhorias na qualidade de vida da comunidade indígena. Contudo, a convivência tão próxima entre culturas historicamente tão distintas, promove um miscigenado espectro de integração étnica, compreendido de maneira positiva à sociedade, mas permeado de preconceitos.

Tal integração está embasada num amplo conceito de dominação, o qual não nos permitirá liquidar neste texto, mas que nos servirá de ilustração no contexto da readaptação indígena à sociedade nacional.

### **3 RESULTADOS E DISCUÇÕES**

#### **3.1 Algumas considerações acerca do exercício de poder pelo trabalho**

É de importância, para nossa abordagem, a percepção de que há relações de poder em todas as ramificações sociais, isto é, é inerente às instituições a existência do poder, no âmbito da escola, da relação entre familiares, do Estado, responsável por reger a sociedade, e quaisquer outras instâncias da esfera social. Foucault afirma que

as relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas de algum modo. Se é verdade que estas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, senão houvesse em torno de cada indivíduo todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal e tal ideia? (FOUCAULT, 2003a, p. 231).

Discutiremos, então, de que maneira se manifestam relações de poder exclusivamente a partir da noção de trabalho. Conforme vimos, em momento anterior, o índio compreende o trabalho de maneira distinta àquela que o não índio o faz e, uma vez que vivemos sob o mesmo manto capitalista, considera-se que todo indivíduo é produtor, e daí a razão pela qual a Constituição enxerga o índio como um indivíduo que passará por adequações impostas pela sociedade nacional, para ser produtor não da/para sua comunidade, exclusivamente, mas para a sociedade.

A respeito das relações empregatícias e da necessidade do trabalho subordinado para o indivíduo, Foucault (2003b) chama de poder disciplinar o tipo de relação de poder que se mantém na sociedade contemporânea, advindo, então, de uma sociedade disciplinar, referindo-se, é claro, a uma disciplina acordada, contratual, fundamentada por imposições jurídicas, que garantem e normatizam o vínculo, estabelecendo subordinação. Sobre esse aspecto, Nascimento (2011, p. 164) esclarece:

Subordinação e poder de direção são verso e reverso da mesma medalha. A subordinação é a situação em que fica o empregado. O poder de direção é a faculdade mantida pelo empregador, de determinar o modo de execução da prestação do trabalho para que possa satisfazer o seu interesse. Ambas se completam. O empregado é um subordinado porque ao se colocar nessa condição consentiu por contrato que o seu trabalho seja dirigido por outrem, o empregador.

Foucault (2008, p. 75) posiciona com bastante clareza a natureza da norma para os subordinados, afirmando que o “fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma”, de modo a deixar que o próprio indivíduo escolha segui-la ou



não, instaurar-se dentro da norma, ou transgredi-la, estando sujeito à demarcação de normal e anormal e a uma possível punição.

É-nos claro que a subordinação, por si só, não é responsável por uma visão completa de existência de poder, ela é componente de um âmbito mais amplo, a saber, o Estado, que nos parece ser aquele que detém poder de coerção social e a partir do qual vão surgindo micro poderes capazes de se desenvolver isoladamente do poder estatal.

Ao passo que, retomando o texto do indígena Kenedy Moraes, os índios foram historicamente perdendo a possibilidade de trabalhar nas terras de sua comunidade, devido, principalmente, a políticas de demarcação que favoreciam/favorecem aos não índios, e que, em consequência, passaram a buscar, com certo sucesso, ofícios fora da Reserva, é possível compreender esse percurso como um exercício de poder do Estado que confere um poder aos índios, que até então não existia, e que vai ao encontro do proposto pela Constituição de 1988.

Pode-se compreender esse poder conferido aos índios, no entanto, como não mais que um método de dominação e de alienação. É atribuir poder a quem não tem, para que se torne alguém e sirva à lógica do sistema capitalista.

O papel de trabalhador tem destaque entre os papéis sociais contemporâneos. Arendt (1981) aponta o *homo faber* ocidental e infere que, ao tentar dizer “quem é”, o sujeito é induzido pela própria linguagem, naturalmente, a dizer “o que alguém é”, e isso é um reflexo identitário. Sob essa ótica, Krawulski (1998, p. 12) determina que “o homem passou a ser visto como um componente de uma força de trabalho e se viu transformado de indivíduo em trabalhador: o trabalho passou a significar um instrumento do valor e da dignidade humana”.

Entender que o trabalho permite aosujeito, oficialmente, constitue-se como tal na sociedade, e que é por intermédio do trabalho que o homem pode satisfazer suas necessidades de consumo e alimentar os anseios de prosperidade dentro do sistema capitalista que nos rege, torna compreensível o fato de que os índios estejam, na atualidade, em busca de empregos além das aldeias.

Conforme o relato de Kenedy há muitos indígenas da cidade de Dourados à procura dessas oportunidades e, para isso, também buscando preencher cada vez mais vagas nas universidades, tornando-se pois, inegável a importância dessas atitudes em favor da melhor qualidade de vida. Esse percurso atual pelo qual passa a comunidade indígena, nada mais é do que o reconhecimento e/ou aceitação, naturalizados, do poder a ela dado. É reflexo da produção de saberes amplamente defendida por Foucault em toda sua obra. É reconhecer-se como dominado, assim como grande parte da sociedade o é, mesmo que muitas vezes não o reconheça.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012, p. 45).

A grande diferença, no cerne dessa discussão, inscreve-se na questão cultural e na multiculturalidade social. O índio parece haver sido elevado de um *status*, até então ignorado, desconhecido, para um estado de serviço à sociedade, assim, integrando-se nela, ao contrário do não índio que, historicamente, já se constituía como sujeito social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas abordagens realizadas, é possível que percebamos o exercício do poder por parte do Estado, ao manifestar interesse em incluir o índio na sociedade. Contudo, essa inclusão não repousa em alguma ingenuidade, mas permeia uma ideia de que todo homem tem capacidade de produzir para a sociedade, de ser útil à ideologia dominante, desejosa de produção de riquezas.

Vimos que o poder apresenta uma relação paradoxal: por um lado, está presente em todas as relações sociais, impregnado em todas as instituições sociais e, desse modo, responsável por uma organização que, dificilmente, existiria sem ele. Por outro, mesmo presente em quaisquer relações sociais, não é coerente apontar um detentor centralizado do poder. Parece-nos ser o Estado essa entidade centralizada, todavia, o abstracionismo que acompanha a entidade estatal dificulta o direcionamento desse poder.

Apreendemos, ainda, que o indígena, levado a modificar seu modo de vida em busca de oportunidades dentro da cidade, que lhe foram negadas dentro da aldeia, parece aceitar essa perspectiva de dominação, objetivando melhores condições de vida e tornar-se membro efetivo da sociedade nacional, e ter sua voz ressoada, apesar de todo preconceito para com sua cultura, contra a intensa relação de preconceito étnico, que segue ocorrendo, uma vez que permanecem, além de dominados, minoritários.

Por fim, pode-se confirmar a fragilidade do índio como grupo social minoritário, ao ponto que necessitasse se adaptar ao modo de vida do não índio para, só então, ser considerado sujeito social, como se antes desse âmbito da busca por trabalhos externos às aldeias, não o fosse, não compusesse a sociedade, não fosse cidadão, não fosse, sequer, humano.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- BUENO, A. M. **Intolerância linguística e imigração**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2012. Brasília: CIMI, 2013.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003b.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KRAWULSKI, E. A orientação profissional e o significado do trabalho. **Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais**, Florianópolis, 2(1), 1998, p. 5-19.
- KROPOTKIN, P. As Nossas Riquezas. In: **A Conquista do Pão**. Lisboa: Guimarães, 1975, p. 28.
- MARX, K. T. M. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2ª edição. SP: Abril Cultural, 1978.
- MORAIS, K. Deslocamentos e o mercado de trabalho. **JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Violência contra as mulheres**. Dourados-MS, n.21, mai./jun. 2010, p. 03. Disponível em: <[www.jovensindigenas.org.br/base/www/jovensindigenas.org.br/media/attachments/7/7/51222e80b7eb35dd4bf50511181b75c717334b0f56ca9\\_ed-22.pdf](http://www.jovensindigenas.org.br/base/www/jovensindigenas.org.br/media/attachments/7/7/51222e80b7eb35dd4bf50511181b75c717334b0f56ca9_ed-22.pdf)> Acesso em: 4 jul. 2014.
- NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS, UFGD.
- WENCESLAU, M. E. **O índio Kayowá e a comunidade dos brancos**. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, SP, FFLCH/USP.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

STEFANELLO, P. G. R. O Poder De Ser Cidadão: Uma Breve Relação Entre O Índio Douradense E A Busca Por Trabalho. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.2, art.11, p. 214-225, mar./abr. 2016.

<b>Contribuição dos Autores</b>	<b>P. G. R. Stefanello</b>
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X